

O fascismo italiano: partido político, escola e corporações

Italian fascism: political party, school and corporations

*Jefferson Carriello Carmo**

Resumo: o objetivo desse texto é analisar alguns dos aspectos do fascismo italiano, com ênfase no seu surgimento e ascensão como partido de massa e sua proposta de escola e corporação. Tal preocupação pretende compreender o fascismo no seu surgimento e ascensão, no contexto do Primeiro Grande Conflito, quando o capital financeiro não consegue manter o equilíbrio socioeconômico da sociedade italiana pelos aparelhos repressivos, revestidos pelos meios normais. Essa preocupação será realizada pelo viés analítico/histórico situada na observação do partido político fascista, no contexto da crise italiana. Essa análise é interpretativa descritiva, com vistas a demonstrar que neste período os acontecimentos são de grandes alterações socioeconômica, com visíveis transformações no regime de acumulação capitalista, em toda a Europa, no caso específico da Itália, há passagem do regime econômico agrário para o urbano-industrial e o fascismo assume, nesse momento, o controle político pela força e pelo consenso.

Abstract: the purpose of the text is to analyze some aspects of Italian fascism, with an emphasis on both its emergency and growth as a mass party and its educational and corporate proposal. The focus is on fascism in its growth and rise, in the context of the First Great Conflict, when financial capital is unable to keep the socio-economical balance of Italian society through repressive apparatus, covered by normal means. The analysis has an analytical-historical perspective, based on the observation of the fascist political party, in the context of the Italian crisis. This analysis is descriptive interpretive, in order to demonstrate that great socio-economical changes happened in this period, with noticeable transformations in the regime of capitalist accumulation throughout Europe. In the specific case of Italy, there is the passage from the agrarian economic regime for the urban-industrial one, in which case fascism, assumes control by force and by consensus.

Palavras-chaves: Fascismo. História da Educação. Política de Educação. Itália.

Keywords: Fascism. History of Education. Education Policy. Italy.

Introdução

Nos últimos anos estamos constatando, no Brasil e em várias partes do mundo, a ascensão e a reivenção de grupos de extrema direita. Com o aumento desses grupos é possível identificar, no processo de suas reorganizações e no seu fortalecimento político, como uma de suas consequências, “ódio como política”¹. O crescente e abundante “ódio” manifesta por meio de discursos e ações de vários tipos e procedimentos instigando uma onda

* Professor Pesquisador - Programa de pós-graduação em Educação, Universidade de Sorocaba. E-mail: jeffccprof@gmail.com

¹ Sobre isso, ver Gallego (2018).

fundamentalista e conservadora sem precedências no campo social e político. Essa constatação é que permite revisitar esse tema do fascismo tendo em vista encontrar alguns elementos que venham permitir dar respostas e compreender de forma elucidatória os atuais acontecimentos na sociedade brasileira.

O que se pretende nesse texto é analisar alguns dos aspectos do fascismo italiano, com ênfase no seu surgimento e ascensão como partido de massa e sua proposta de escola e corporação. Tal preocupação pretende compreender o fascismo no momento do seu aparecimento, no contexto do Primeiro Grande Conflito, quando o capital financeiro não consegue manter o equilíbrio socioeconômico da sociedade italiana pelos aparelhos repressivos, revestidos pelos meios normais. Essa preocupação será realizada pelo viés analítico/histórico situada na observação do partido político fascista, na conjuntura da crise italiana. Essa análise é interpretativa descritiva, com vistas a demonstrar que, neste período os acontecimentos são de grandes alterações socioeconômica, com visíveis transformações no regime de acumulação capitalista, em toda a Europa, no caso específico da Itália. Acentuamos que ocorre também a passagem do regime econômico agrário para o urbano-industrial e o fascismo assume, nesse momento o controle político pela força e pelo consenso.

Segundo a análise de Galli (1998), no âmbito dessas mudanças os grupos sociais se afastam dos seus partidos tradicionais, e não mais o reconhecem e passam a não mais serem reconhecidos, por sofrerem a intervenção, pela violência fascista. Essa é uma situação perigosa em que ocorrem aberturas para possíveis soluções de força por homens “providenciais” ou “carismáticos” através de situações de contrastes entre representantes e representados que no terreno dos partidos reflete no organismo estatal em suas formas jurídicas e institucionais.

O background do fascismo italiano

O surgimento e a ascensão do fascismo na Itália estão associados ao Primeiro Grande Conflito. Quando a Itália entrou no conflito, era um Estado jovem, se comparado a outros países da Europa Ocidental, como a França e a Inglaterra, que tinham séculos de tradição militar e nacional e já haviam tido experiências de grandes guerras. Segundo as análises de Ragonieri (1976), no período em que a Itália se viu envolvida no conflito era constituída de uma população de 36 milhões de habitantes e no tempo de quatro anos a guerra trouxe para o país sérios problemas do ponto de vista financeiro, social e político, apesar da vitória.

No entendimento de Burns (1979, p. 873 – 874) em 1918, os altos custos econômicos e sociais da vitória bélica pareciam confirmar o prognóstico dos

pacifistas:² além da perda de 700.000 homens, o gasto financeiro ultrapassou os 15 bilhões de dólares e não trouxe os benefícios almejados pela população, tendo como consequência um despertar da consciência política dos trabalhadores, dos camponeses e da pequena burguesia, proporcionando o caminho para a oposição ao regime liberal, visível tanto no crescente alastramento de agitações políticas, greves e motins nos pátios industriais como na ampliação do espectro partidário, em nível institucional.

Do ponto de vista urbano social, quando comparada com as grandes potências, mesmo depois da sua unificação, a Itália era um país pobre.

A alimentação média de um italiano em 1914 correspondia a cerca de 3.200 calorias diárias, cifra inferior de mais de um quinto à alimentação de um inglês. A renda média por habitantes, era no ano de 1911 à 1913, de 549 para os Estados Unidos, 481 para a Grã – Bretanha, 351 para a França, 301 para a Alemanha e 158 para a Itália (CHABOD, 1961, p. 27).³

A Itália consumia mais de um quarto da sua produção, registrando-se em média entre 1909 e 1913 a excedência da importação sobre a exportação de 1 bilhão e 250 milhões, sobre um volume total do comércio internacional de cerca de 5 bilhões e meio, proporcionando um déficit de 1 bilhão. Esta situação provoca um aumento considerável de despesas públicas. Como esclarece Chabod (1961, p. 28-29):

O balanço do Estado segue passando dos 2 bilhões e 501 milhões de 1913 – 14, o último ano normal, aos 315 milhões de 1916 – 17, aos 10 bilhões e 550 milhões de 1915 – 16, aos 17 bilhões e 315 milhões de 1916 – 17, aos 25 bilhões e 334 milhões de 1917 – 18, aos 30 bilhões e 857 milhões de 1918 – 19. O déficit passa 214 bilhões a 7536, 13261, 19552, 23345 para cada um daqueles anos. A circulação monetária que era de 2 bilhões e 7 milhões em 30 de junho de 1914, passa para os 20 bilhões ao fim de dezembro de 1920, proporcionando um déficit público de 14.089 milhões de lira de 1910, e de 95.017 milhões em 1920.

As consequências desse déficit fiscal são graves e suas primeiras vítimas foram os grupos sociais que haviam construído a verdadeira base do Estado italiano a pequena e média burguesia (profissionais liberais, comerciantes e industriais...) e os pequenos proprietários. A carga fiscal que golpeou o país cresce e se agrava cada dia

² “Os liberais, por razões de avaliação prática da consistência do sistema político europeu e da duração da guerra, acreditavam que: primeiro, com a dissolução do império austríaco, haveria uma profunda redefinição da geografia política do continente, da qual o Estado italiano poderia beneficiar-se; segundo a guerra seria longa e dispendiosa, e o Estado italiano não estava preparado para arcar com os gastos, nem sequer de um conflito de curta duração. Para o posicionamento dos socialistas sobressaíam-se as motivações ideológicas, a guerra seria um subproduto da competição econômica capitalista e uma “festa” para os empresários da indústria bélica; e mais realisticamente defendiam a tese de que seria mais útil à população investir recursos na infra-estruturas básicas ao invés de entregar a nação ao massacre e às privações da guerra. O neutralismo dos católicos alimentava-se de outras razões, sobretudo duas: uma, digamos geopolítica, pois a Áustria forte seria um dique e baluarte defendendo a Europa do ameaçador Oriente (leia ortodoxos turcos!); e a outra, mais cultural, pretendia-se a ligação do catolicismo com o mundo camponês tradicionalmente avesso às guerras e às subversões da ordem estabelecidas” (STACCONE, 1993, p. 17-18).

³ Todas as traduções do italiano para o português são minhas e livres.

mais, proporcionando um enorme débito público, quando comparado com os anos anteriores. Entre os anos 1916 e 1918, cerca de 30% da renda nacional tem uma rápida queda, significando, para certos grupos sociais, o empobrecimento, e para outros, exatamente a ruína.

Na indústria, verificam-se duas situações, no que se refere à economia e à política italiana. Segundo Bezza (1983, p. 103-118), no setor industrial há uma situação de melhora, já que, com a guerra, este recebe encomendas de enormes serviços, forçando o ritmo de trabalho e uma maior contratação de trabalhadores para as grandes fábricas. Nas palavras de Sarti (1973, p. 27)

A Primeira Guerra Mundial abria novas possibilidades econômicas e políticas à grande indústria. [...] A guerra brindava oportunidades que todos os industriais se sentiam prontos à aproveitar. Indústrias e finanças se aproximaram mais do que estavam antes da guerra para formar gigantescas sociedades, necessárias para custear os gastos da guerra.

Conforme analisa Gramsci (2004, p. 385-386), em “[...] o movimento turinense dos conselhos de fábrica”, na cidade de Turim, houve homogeneização entre a indústria metalúrgica e a automobilística, proporcionando o aumento considerável da mão de obra fabril.

A produção turinense, vista de fora, é perfeitamente centralizada e homogênea. A indústria metalúrgica com cerca de 50 mil operários e dez mil empregados e técnicos ocupa o primeiro lugar. Somente nas fábricas Fiat trabalham 35 mil operários, empregados e técnicos; nas principais fábricas dessa empresa trabalhavam 16 mil operários, que constroem automóveis de todo tipo com os sistemas mais modernos e aperfeiçoados. [...] A produção automobilística, que ocupa o primeiro lugar na indústria metalúrgica, subordinou a si outros ramos da produção, como a indústria da madeira e a da borracha.

Com essas mudanças a centralização da grande indústria aprofundou, acentuadamente, os conflitos de classe, possibilitando um dos caminhos à organização dos trabalhadores em sindicatos e comitês de fábricas.

O crescimento do setor industrial aprofundou o desnível e as contradições entre a indústria e a agricultura, devido à ausência de acumulação de capital no campo, que deixou os grandes proprietários agrícolas inteiramente à margem da modernização, enquanto a composição do capital concentrava-se na indústria nos anos entre 1915–1917, intensificando a desigualdade social e política entre o Norte e o Sul.⁴ Essa oposição veio agravar o déficit orçamentário do país, de um lado, e, de outro, veio dificultar a aliança dos novos proprietários do Norte com os grandes proprietários agrícolas do Sul, descontentes com a supremacia econômica do grande capital moderno sobre a propriedade agrária tradicional.

4 Para verificar a questão do Mezzogiorno, consultar os seguintes autores: VILLARI, 1984; SALVEMINI, 1955.

Além disso, a concentração industrial, no Norte, eliminou um grande número de médias e pequenas empresas, contribuindo assim para o empobrecimento de alguns setores da população, condenados ao desemprego e a uma situação inflacionária, que, como observamos anteriormente, ocorreu na Itália desde a sua entrada e participação no Grande Conflito.

O processo inflacionário acirra a concorrência entre as associações, representantes dos interesses do capital industrial e fundiário (criados em 1920), a Confederação Geral da Indústria e a Confederação Geral da Agricultura. Esta última opõe-se à política fiscal do Estado, entendendo que havia uma reversão de benefícios exclusivos para a indústria.

Segundo o parecer de Gentile e Felice (1988, p. 13), em meio a essas contradições, verificam-se mudanças significativas na estrutura social e cultural da sociedade italiana

A transformação da economia alterou profundamente a estrutura cultural dos valores tradicionais e os vínculos comunitários da sociedade camponesa. Nas regiões do Norte e do centro, ligadas à revolução industrial”, ocorre um processo de desruralização e de urbanização que fez surgir novas camadas operárias e produziu substanciais mudanças na composição social e na mentalidade do mundo camponês.

São essas transformações que irão favorecer o nascimento e o desenvolvimento de novos movimentos de massa, no bojo dos quais uma nova elite política assumiu a tarefa de socializar, ou seja, “integrar” e “adaptar” os setores sociais emergentes na sociedade recém industrializada, criando propostas de reorganização política. Os socialistas introduziram novas formas de organização e de luta, como o partido e os sindicatos. Já os movimentos católicos optaram por redes de organizações de cunho assistencial e cultural, que, inicialmente, não assumiram forma política. Nas palavras de Gentile e Felice (1988, p. 14): “ esta aproximação, que colocava os católicos em posição de subordinação em relação ao liberalismo, não era aceita por setores do movimento católico que queriam uma participação ativa e autônoma dos católicos na vida política, como alternativa ao liberalismo”. Essa participação ativa e autônoma de fato veio ocorrer mais tarde, em 1919, segundo Vinciguerra (1955, p. 123-130) quando Luigi Sturzo, fundou o Partido Popular Italiano. Embora socialistas e católicos divergissem profundamente em suas finalidades, partilhavam da aversão pelo Estado de origem “risorgimental”.⁵

Com a ascensão dos movimentos católico e socialista cresce a oposição ao regime liberal, que busca desestabilizar a mobilização social, intensificando a repressão. À medida que os métodos “tradicionais” se mostravam ineficazes para conter a crise social, o regime procurou caminhos alternativos, numa tentativa inaugurada no governo de Francesco Saverio Nitti⁶ (1919-1920): este procurava

5 Para compreender as origens do Estado Italiano no Risorgimento e sua relevância para a constituição emergencial do Estado burguês, na Itália, o qual culminou com a unidade nacional, consultar os seguintes autores: ALBERTONI, 1985; SALVATORELLI, 1974.

6 Francesco Saverio Nitti (1868 –1953): relevante político do sul da Itália. Foi presidente do Conselho de Ministros em 1919 – 1920, quando opôs-se ao fascismo e foi forçado ao exílio. Para maiores Crítica Educativa (Sorocaba/SP), v. 4, n. 2, p. 105-123, jul./dez.2018. ISSN: 2447-4223

restaurar a economia, estimulando e incentivando a produção, tendo como base uma política de alianças com as forças adversas emergentes, através de uma postura democrática, progressista e avançada. Seu programa não excluía a Assembléia Constituinte nem a colaboração com Partido popular e com os socialistas, pretendendo alargar as bases sociais do governo liberal, integrando as novas forças políticas. Nas palavras de Togliatti (1978, p. 16): “Nitti dava continuidade à política de fazer concessões a determinados grupos com a intenção de corrompê-los, mas procurava ampliar esta política, procurava nela incluir forças mais avançadas.”

Essa estratégia, análise Togliatti (1978), não alcançou, sucesso por duas razões, pelo menos. Em primeiro lugar, pela oposição acentuada dos nacionalistas, que não concordavam com o apoio de Nitti aos *Arditi del Popolo*⁷, dos futuristas,⁸ que estavam empenhados em restaurar um regime monárquico absolutista, e dos fascistas, que, planejavam suprimir o Estado Liberal. Em segundo lugar, pelas lutas dos trabalhadores da região da Emília, onde sindicatos mais preparados e organizados politicamente radicalizam o combate, controlando os movimentos de ocupação de terras, aluindo as bases em que se apoiava a sociedade capitalista e inviabilizando o programa de colaboração de classe.

Segundo as análises de Gentile e Felice (1988, p. 15) o fracasso do programa de Nitti foi seguido de uma nova tentativa, iniciada em 1920, pelo governo Giovanni Giolitti (1921–1922), que teve como eixo a democratização da vida pública e o reconhecimento da liberdade de organização sindical. Para adequar o Estado às mudanças em curso, Giolitti, convencido de que a solidez do sistema político liberal se baseava na capacidade de conquistar as massas e de fazer fluir para si os moderados de esquerda e de direita, viabilizou “o sufrágio universal, introduzido em 1912, e ampliou o corpo eleitoral ativo de cerca de 3 para 8 milhões”.

Ao mesmo tempo, porém, ao perceber a impossibilidade de sair da crise sem esmagar as ocupações de terra e fábricas, estimulou acordos com movimentos armados fascistas, buscando com isso golpear os radicais e unir os reformistas ao seu governo. Na compreensão de Togliatti (1978, p.17)

detalhes sobre a sua presidência no Conselho de Ministros e sua atuação anti-fascista, ver SALVEMINI, 1975.

⁷ “Os *Arditi del Papolo* começaram a se organizar como movimento político-militar em 1919 e realizaram sua primeira manifestação pública em junho de 1921. Reagrupavam antigos *arditi* (audazes), membros das tropas de choque do exercito italiano na Primeira Guerra, que conservaram suas armas e seus uniformes. Algumas vezes, com o apoio popular, os *Arditi del Papolo* chegaram a entrar em combate armado com as *squadre* fascistas, opondo-lhes séria resistência (Parma, agosto de 1922)” (TOGLIATTI, 1978, p. 18).

⁸ O partido futurista, na Itália, tem suas origens na escola literária fundada por Filippo Tommaso Marinetti e amigos, que publicaram vários manifestos, dentre os quais destacamos Figaro de 20 de fevereiro de 1909. Em 20 de setembro de 1918, começaram a publicar, de dez em dez dias a Roma futurista, que trazia como subtítulo “Jornal do Partido futurista”, que tinha por conteúdo o Programa do Partido Futurista (PARIS, 1976, p. 42–51).

O programa de Giolitti, tal como ele tentou aplicá-lo em 1921 e até o início de 1922, era um programa político de colaboração parlamentar das velhas forças das classes dirigentes reacionárias com os dois partidos surgidos após a guerra: o Partido Socialista e o Partido Popular. [...] apoia-se também, sobre o movimento fascista, considerado como movimento armado voltado para o esmagamento das fortalezas proletárias.

Nesse período (1922), o fascismo entra no Congresso como partido político, tendo Mussolini, em seu discurso inaugural, previsto um governo de colaboração com os socialistas. A palavra de ordem central esclarece Togliatti, (1978, p. 18) é a “pacificação” com os socialistas, que, “sob a pressão da ala direita e com a saída dos comunistas do partido,⁹ aceitam o pacto.” Apesar desse pacto entre socialistas e fascistas, o programa de Giolitti, pressionado pela intervenção das massas, faliu como já acontecera com o de Nitti, o que propiciou aos

[...] Arditi del Papolo começaram a se organizar como movimento político-militar em 1919 e realizaram sua primeira manifestação pública em junho de 1921. Reagrupavam antigos *arditi* (audazes), membros das tropas de choque do exército italiano na Primeira Guerra, que conservaram suas armas e seus uniformes. Algumas vezes, com o apoio popular, os *Arditi del Papolo* chegaram a entrar em combate armado com as *squadre* fascistas, opondo-lhes séria resistência (Parma, agosto de 1922) (TOGLIATTI, 1978, p. 18)

Desse modo fracassaram os dois programas políticos, o de Nitti e o de Giolitti, para tirar a Itália da crise do pós-guerra, fato que, na compreensão de Bellamy (1992) impulsiona o surgimento do fascismo.

O fracasso final do liberalismo italiano e a ascensão do fascismo originaram-se da incapacidade e da falta de vontade da classe dominante de se adaptar à arte do acordo nas circunstâncias da política democrática. Na medida em que a extensão do voto e o advento dos partidos de massa começaram a destruir a importância do clientelismo, eles passaram cada vez mais a se apoiar na força. [...] A ascensão do fascismo não pode ser dissociada do fracasso do Estado liberal. Sem a conivência ativa das autoridades, a violência fascista poderia ter sido facilmente contida-como na verdade o foi, sempre que os oficiais mostraram firmeza, como em Sarzana, em 1921, quando a polícia a enfrentou e destruiu uma tropa fascista. Entretanto, em geral, o exército, a polícia e a burocracia local ajudavam ativamente os empregadores a utilizar os pelotões fascistas para retomar o terreno perdido em concessões impostas pelo governo às organizações trabalhistas após a guerra. A maior parte dos *squadristi* de 1921 estavam envolvidos na organização de uma ofensiva sistemática contra os socialistas e suas instituições locais, particularmente no campo. [...] Para os liberais, o fascismo era simplesmente uma adaptação, para a era do trabalho organizado, de sua antiquíssima política de imposição da ordem. Sua própria confiança nos poderes de emergência e na força arbitrária do passado toldaram tanto a questão da legalidade, que os liberais conservadores, como Salandra, puderam defender abertamente a violência fascista, como sendo a

9 “Em janeiro de 1921, no congresso do PSI em Livorno, a fração comunista de Gramsci, Bordiga, Togliatti, Bombacci, é excluída do partido, em função de cisões internas. No mesmo local, alguns dias depois, os comunistas reúnem-se e celebram o congresso de fundação do Partido Comunista Italiano (PCI) (TOGLIATTI, p. 18).

única maneira de restaurar a autoridade da lei contra a “subversão” e o “anarquismo” da esquerda (BELLAMY, 1992, p. 193 e 210).

À medida que os caminhos percorridos pelo liberalismo italiano para superar a crise do Estado por meio de novas políticas sociais e econômicas não traziam nenhum resultado duradouro e concreto, capaz de sanar os estragos deixados pela guerra, a Itália se tornava um barril de pólvora. Segundo a previsão dos neutralistas, a guerra tinha trazido a ruína da economia, agravando enormemente o desemprego e a pobreza das massas urbanas e rurais, e, portanto, o seu sofrimento material e espiritual. Conforme análise Villari (1994), com a guerra, houve o aumento considerável do nível de conscientização e organização sindical e política, tanto dos trabalhadores do campo, como dos operários urbanos, o que redundou num quadro complexo e conflitivo da política italiana, a medida que novas forças políticas de massa começam a disputar a hegemonia sem, no entanto, apontar soluções capazes de vencer a descrença generalizada diante da grave crise social em curso.

O movimento fascista

Vários estudos (BARROS, 1969; TRENTO, 1996; KONDER, 1977; BOBBIO, 1986; CRESPIGNY, CRONIN, 1981; VINCENT, 1995), de diferentes áreas de concentração salientam que o movimento fascista, emerge com suas propostas acentuadamente populistas e revanchistas e com seu braço armado munido de uma elite revolucionária especializada na política de massa e em métodos de guerra aplicados à luta política. Esta política encontrou repercussão sobretudo entre os jovens, que em média tinham a idade de 25 anos e representavam 25% de inscritos no movimento no final de 1921. Uma grande parte destes estudantes eram secundaristas e universitários.

Com as adesões dos jovens aos movimentos “Squadri” e “Fasci”, a corrente começa a assumir características de partido de massa, embora sua oficialização tenha sido efetivada apenas em 1921. Esses são os primeiros sinais de sua organização com duplo objetivo: militar e político. Ao fazer essa integração, assumem uma direção unitária as várias componentes do movimento, surgidas dos movimentos de combate, juntamente com o grupo parlamentar eleito em maio de 1921, estabelecendo ligações hierárquicas entre uma direção central e as várias formações regionais e provinciais.

Ao referir-se aos objetivos políticos do Partido Fascista, Gentile e Felice (1988) salientam que a preocupação do partido, na sua gênese foi gerar uma nova forma de “mentalidade nacionalista”, propondo a criação de um “Estado Novo”, que educasse as massas nos valores nacionais e organizasse solidariamente os “produtores” proletários e burgueses para o maior bem-estar da nação. Este Estado teria um caráter nacional e popular, valorizaria a hierarquia das capacidades e das competências, uniria a burguesia e o proletariado na mesma missão de reconstrução do país.

A militarização da política efetiva-se com os “Squadri” e os “Fasci di Combattimento”¹⁰ (respectivamente grupos de combate e Esquadrões), somando-se à tentativa de mobilizar a massa pela criação de ritos, mitos e símbolos coletivos, tendo por finalidade: combater pelo terror, espancamento e, se necessário, eliminação física, os adversários políticos, em especial os comunistas, e ao mesmo tempo promover a devoção aos valores propagados por uma atividade de mobilização permanente, procurando canalizar para suas propostas as insatisfações e ressentimentos da grande massa. Como explicam Gentile e Felice (1988, p. 31)

A massa era, para o fascismo, um material humano que podia ser plasmado através da sugestão do mito e da força coesiva da organização: estes foram, para o fascismo, os instrumentos fundamentais para nacionalizar as classes – sem aboli-las e para integrá-las em uma ordem nova. Desde o início, o fascismo concebe a política como a manifestação da vontade de potência de uma elite que sabe plasmar a mentalidade da massa e criar, como um artista, novas realidades históricas. Por isso, a política de massa fascista teve uma intrínseca atitude pedagógica voltada à socialização das idéias e dos comportamentos da massa segundo os próprios “valores”. Os ritos, os mitos e os símbolos agiram sobre a mentalidade do indivíduo e da massa imprimindo-lhes o caráter fascista e transformando-os em uma força coesa para a grandeza e a potência da nação. Este posicionamento em relação à política a às massas torna-se explícito e consciente, à medida que o fascismo desenvolvia a sua ideologia e a sua organização, e esteve na origem de grande parte das manifestações do fascismo no poder, seja como “partido” seja como “regime”.

O partido fascista reclamava para si o monopólio de encarnar a genuína vontade da nação e das massas, e declarava querer restaurar o primado dos valores morais e espirituais. A tentativa de mobilizar ativamente e totalmente as massas em torno de determinados valores e fins, constituí, segundo alguns comentadores, o aspecto totalitário do fascismo, que emerge em sua origem.

O totalitarismo [...] não estende a ter súditos passivos não – participantes, mas soldados fanáticos e `convictos`. Trata – se de fato da tentativa de mobilizar a inteira população, transformando segundo um modelo bem preciso o conjunto dos papéis e das formas de participação. [...] para o fascismo totalitário o problema das massas não era uma questão apenas de disciplina e de submissão, mas uma questão de consenso, e disto implicava uma avaliação diversa das finalidades próprias à política do “regime.” (GENTILE e FELICE, 1988, p. 44-45)

Considerando-se o partido de vanguarda de uma nova Itália, o fascismo nascido da nova classe dirigente, é investido da missão de regenerar o país,

10 “A fundação dos fasci di combattimento em 23 de maio de 1919 em Milão significou um esforço para combinar a retórica de “esperanças de uma guerra” com uma perversão nacionalista do sindicalismo revolucionário. Dirigidos por Mussolini, que, todavia, só era o diretor de um periódico, com duzentas pessoas presentes no ato formação em um conjunto heterogêneo. Seu núcleo principal consistia em um grupo de artiti as ousadas tropas de choque da guerra e de futuristas, que pensavam que a política deveria realizar-se “em forma de assaltos, riscos, perigosos, aventuras, de algo calculado, sendo como algo audaz, combativo, como uma insatisfação de uma realidade, como uma celebração do rito de uma ação” (TANNENBAUM, 1975, p. 40).

combatendo os “inimigos internos da nação”, isto é, o Partido Socialista e o Partido Popular, e a classe dirigente liberal, incapaz de resolver a crise. Com estas características de “*salvador*” da pátria, o fascismo, absorve em seu crescimento ideologias e mitos, tanto da esquerda como da direita, desprezando os sistemas doutrinários ostentados pelo pensamento político liberal. A ideologia do movimento comunicava, dentre outras coisas, postura rebelde em relação ao Estado e à sociedade burguesa liberal.

Esta postura permite a Gentile e Felice (1988) identificar dois aspectos do fascismo o *autoritarismo* e o *tatalitarismo* que fora construído de 1925 a 1929 e considerado satisfatório para garantir a estabilidade do Estado e a submissão disciplinada das massas: o compromisso entre o fascismo e as forças tradicionais era uma situação definitiva que deveria se manter em condições de equilíbrio, sem outra finalidade política que a de preservar-se no tempo.

Fascismo *autoritário* e fascismo *totalitário* eram dois componentes de regime fascista, em um sentido que é específico à sua formação, complementares e dialeticamente contrastes no devinir do fascismo em direção ao Estado totalitário. Os dois componentes coincidem no diagnóstico sobre a crise de transição da sociedade tradicional à moderna sociedade de massas. (GENTILE, FELICE, 1988, p. 42-44)

A solução dada por eles sobre esses dois componenetes o problema das massas e do Estado poderia ser resolvido somente em um ‘regime fechado’, com a restauração da plena soberania do Estado sobre a a sociedade e a nacionalização das massas, organizadas nas estruturas do Estado.

Conforme analisa Paris, (1976) o ápice da sua formação e desenvolvimento do partido fascista enquanto movimento de massa se deu com dois acontecimentos: a Marcha sobre Roma e as eleições de 1924. No decurso da Marcha, Mussolini organiza-se politicamente através de contatos com uma ala dos liberais favoráveis à participação fascista no governo, que deram o apoio decisivo ao Duce. Entre eles, estavam os principais magnatas da imprensa, uma parte do estado-maior do Exército, líderes da maçonaria, grandes industriais (organizados na Confindustria, sua confederação nacional) e familiares do rei.

Em outubro de 1922, os principais chefes fascistas organizaram numerosos comícios em toda a Itália. No dia 24, durante a grande manifestação fascista em Nápoles, Mussolini anunciou a iminência de uma “ação decisiva”, mas não deixou escapar nenhuma informação a respeito dos preparativos. No dia 28, data combinada para o início da operação, os fascistas se reuniram em inúmeras cidades, ocupando os correios, telégrafos e ligações ferroviárias e desfilando diante dos quartéis e prefeituras. De modo geral, essas movimentações (que seguiam um plano preestabelecido) ocorreram sob o olhar passivo das autoridades militares e se desenrolaram pacificamente. O quartel-general fascista era o Hotel Brufani, em Perugia, onde estava reunido o “quadrunvirato” responsável pela condução tática da Marcha para Roma: Italo Balbo, Michele Bianchi, Emilio De Bono e Cesare Maria De Vecchi. Prudentemente, Mussolini procurou ficar um pouco distante; era de sua base em Milão que ele seguia a marcha fascista e as negociações políticas em

Roma. Sob as ordens de Dino Perrone Compagni, uma coluna de 4 mil fascistas marchou de Civitavecchia, a oeste de Roma; outra, com 2 mil homens comandados por Ulisse Igliori, partiu de Monterotondo, ao norte; por fim, uma coluna de 8 mil fascistas liderados por Giuseppe Bottai saiu de Tivoli, a leste da capital. Durante toda a operação, nem o Exército nem a polícia intervieram. A manobra demonstrou o sucesso do meio-termo entre violência e busca de compromisso com a velha classe governante. A partir daí o regime fascista transformaria 28 de outubro em feriado nacional. Foram distribuídos certificados aos participantes da Marcha, que passaram a receber diversas honrarias e benefícios em dinheiro. (PALLA, 1996, p. 25)

No início de outubro, quando mais de 50.000 camisas negras foram integrados ao Partido Fascista, numa concentração em Nápoles, Mussolini faz nova exigência: queria a chefia do governo. Embora continuasse a tranquilizar o rei Vítor Emanuel, dava os últimos retoques no plano de insurreição fascista. Todavia, na prática, a Marcha para Roma não teve o caráter insurrecional que lhe atribuem (parte das colunas fascistas "marchou" de trem, o que demonstra a natureza pouco arriscada do empreendimento). Mais do que qualquer outra coisa, ela foi um golpe de guerra psicológica: ao contribuir para agravar o clima de crise política, fez crescer a sensação de que o Estado estava se desintegrando. Em 28 de outubro, o Exército, a Justiça, a Confindustria e o aparelho burocrático ficaram todos aliviados ao saber que o rei havia encarregado Mussolini de formar o novo governo. (GENTILE e FELICE, 1988)

Nas eleições Parlamentares realizadas em 1924, o fascista obtém 65% dos votos, permitindo que Mussolini exercesse o poder no parlamento, agora livre de opositores reais, e com plenos poderes. Os sindicatos são enquadrados, a greve é proibida, estabelece-se o corporativismo baseado na "Unione italiana del Lavoro" de 1926, a pena de morte é restaurada e milhares de pessoas são condenadas à prisão, exiladas e mesmo executadas.

O movimento fascista usou todos os meios legais e ilegais para apoderar-se do Estado e de toda a vida nacional, visando estabelecer a sua ditadura absoluta e única. Esses meios, já presentes na sua organização e desenvolvimento, realizaram-se ao estar no poder, na supressão das liberdades constitucionais, na destruição do Estatuto albertiniano¹¹ e de toda a obra liberal do Risorgimento italiano, principalmente as leis eleitorais, que tinham alargado o direito de voto.¹²

11 Quando o fascismo subiu ao poder, o Estado italiano era uma monarquia parlamentar, que estava sendo reinado sob o estatuto de Carlo Alberto. O estatuto Albertiniano era uma constituição moderadamente liberal; mas nos setenta anos da sua existência teve uma evolução no sentido mais liberal e democrático. Essa evolução é verificada na forma de governo em que os ministros são responsáveis não de estar à frente do parlamento, mas a coroa. Por exemplo o art. 2 do estatuto dizia que: "o Estado é de direito de um governo monárquico representativo", e o art. 3 que "o poder legislativo é coletivamente exercitado pelo Rei e ou dois parlamentos"; mas, o art. 65 dizia bem claro que "o rei nomeava e convocava os seus ministros" (BOBBIO, 1997, p. 37).

12 Sendo que, o maior progresso e o mais significativo das leis políticas foi o da reforma da lei eleitoral de 1882, 1912 e de 1919. Algumas cifras: nas primeiras eleições de 27 de abril de 1848 de direito ao voto estava entre 1,7% da população. Nas últimas eleições, antes da reforma de 1882 que aconteceram em 1880 (legislatura de XIV), os eleitores eram de 2,2%. Com a reforma de 1882 eles cresceram em média 7%; com a de 1912 entre 23,2%; com o de 1919 entre 27,3% (eles são ao redor agora 60%). Para medir o progresso alcançado recorda – se as primeiras eleições depois da conclusão do Risorgimento para a legislatura de XI, os eleitores eram 530.018, igual a 2% da população; nas últimas eleições antes

As observações acima sobre a surgimento e ascensão do fascismo, associada à crise do Estado liberal, no contexto do Primeiro Grande Conflito apontam para outra preocupação de nossa análise, a saber como utilizou algumas instituições, como a escola e a corporação, cuja finalidade foi contribuir para implementar suas doutrinas e ser um aparelho de Estado.

Fascismo e a questão escolar e corporação

O partido fascista visava à desarticulação do Estado Liberal e a reorganização da sociedade italiana em crise, propondo novas formas institucionais que deveriam ser capazes de realizar estes objetivos. Dentre elas estavam a escola e as corporações, que foram instrumentos relevantes após a ascensão do fascismo. Para discutir essas instituições, em um primeiro momento descrevo brevemente a reforma educacional de Giovanni Gentile.¹³

Com a expressão reforma de Giovanni Gentile refiro-me a sua estrutura e ao complexo de decretos, leis e normas provenientes de Gentile enquanto ministro da educação, no período de 30 de outubro de 1922 a 26 de junho de 1924. Segundo Bellucci e Ciliberto, (1978) ao ser nomeado por Mussolini o primeiro ministro da educação pública passa a ser no governo fascista o titular da pública instrução obtendo amplos poderes no campo educacional. Seus principais colaboradores foram pedagogos, filósofos e altos funcionários da administração escolar. Guisepe Lombardo-Radice foi indicado para o cargo de Diretor Geral da Escola Elementar, sua contribuição foi definir os programas para a escola elementar. Ernesto Codignola foi também seu colaborador. A contribuição de Codignola foi de transformar a Escola Normal em Instituto Principal, quando deu ao último uma orientação de cunho humanístico. Após essas nomeações Gentile deu início a reforma da escola italiana, por meio, de um debate envolvendo o campo político/econômico em torno dos problemas pedagógicos juntamente com seu atualismo filosófico e sua concepção de Estado.

A colaboração de Lombardo-Radice e Codignola ocorrem por estarem em conformidade com os ideais da reforma, a semelhança de Gentile entendiam que, depois da guerra os italianos foram abatidos com a situação de desagregação do Estado liberal.

Devemos renovar a consciência das novas gerações se quisermos obter os pontos adequados (...) a amarga prova da guerra a pesar dos maravilhosos esforços espontâneos de nosso povo, que resultam incomparáveis - negligencias ao descobrimento das graves feridas no espírito da nação, sobretudo entre aquelas classes cujos conhecimentos eles deviam haver

do advento do fascismo, no 1921 de maio para a legislatura de XXVI, era 11.477.210, igual a 28,7% da população. (BOBBIO, 1997, p.38-39)

¹³ Sobre a reforma educacional de Giovanni Gentile, ver Carmo (1999).

proporcionado um abnegado sentimento de respeito pela lei e a subordinação do indivíduo aos supremos interesses coletivos, uma fé ativa, um preparo moral, uma visão realista das coisas em um sentido concreto. (RADICE-LOMBARDO, 1925, p. 25)

Diante dessa constatação, apontam a escola, como um instrumento indispensável de revitalização moral e política do país. Segundo Bellucci, Ciliberto, (1978) a preocupação defendida por Codignola e Lombardo Radice é introduzir na escola média a preparação moral e ideológica dos educandos. Entendiam que essa escola deveria lançar as bases da unidade nacional e da grandeza da pátria. Sustentavam que o principal dever do homem é atuar na sua essência moral e superar os limites da sua pessoa singular tendo no idealismo o fundamento desse dever. Conforme analisa Borghi (1975, p. 236) Codignola e Lombardo Radice entendiam que os fundamentos da Reforma deveriam ser pautados no idealismo, “o homem é autor do seu mundo e nada precede e condiciona a sua atividade criativa, e a realidade é o produto do espírito humano, e não uma existência objetiva que o espírito se limitou a contemplar e a descrever”.

Esses objetivos foram ampliados quando, Gentile em entrevista dada a “*L’ Idea Nazionale*”, em 29 de marzo de 1923, fala sobre sua pretensão com a reforma, nas várias etapas do ensino. A sua vontade foi em criar uma escola digna de um grande povo, cujo mérito foi sair vitorioso de uma grande guerra. Enfatiza que o povo italiano não tinha instituições educacionais,¹⁴ que atendessem às exigências da sociedade emergente. Dizia, na entrevista a universidade, a escola elementar, escola popular e a escola média, não estavam em sintonia com as novas realidades educacionais, sociais, e principalmente, no que se refere às mudanças culturais e sociais italiana. Gentile prossegue mostrando que o entrave do Estado liberal foi negar a liberdade de construir uma nova fase da política italiana, daí um novo Estado que respondesse aos anseios políticos e sociais emergentes do pós-guerra, e a uma nova ação educativa que correspondesse as novas exigências educacionais do país. Indica para um plano político em que faz uma apologia do Estado como expressão suprema da organização humana. Para a realização desses objetivos Gentile assinala para uma escola média que fosse um órgão propulsor mais saudável e vital para as novas energias nacionais. Sendo assim, propõe a reorganização da escola através da *Reforma da Escola Media* publicada em 23 de junho de 1923.

A escola, nessa reforma foi uma das instituições de maior relevância, pois, na gênese do partido, foi objeto de profunda reformulação com o objetivo de garantir o progresso econômico do país, pela elevação do “nível moral e cultural” das massas e pela criação de uma elite dirigente forte e em contínua renovação. Conforme analisam Bresso, Cereja e Gariglio (1989, p. 226) a política escolar do partido fascista demonstra,

A escola deve ter como objetivo geral a formação de pessoas capazes de assegurar o progresso econômico e histórico da Nação; elevar o nível moral e cultural da massa e promover os melhores elementos de todas as classes para garantir a renovação constante das classes dirigentes.

Foi, também, através da reforma que o fascismo viabilizou na sociedade italiana sua proposta política, surgida no debate sobre a função da escola, ocorrido no

¹⁴ Gentile estava se referindo a Leis de Casati e a Reforma de Daneo–Credaro. Crítica Educativa (Sorocaba/SP), v. 4, n. 2, p. 105-123, jul./dez.2018.

pós-guerra entre os partidos. À medida que os partidos excluídos do debate não apontaram de forma “*definitiva*” soluções para a questão escolar, nem tampouco para as questões políticas e econômicas, abriam-se novos caminhos, constituindo-se, aí, a reforma de Gentile, no âmbito educacional, como uma das possibilidades para a “solução” do problema escolar.

Segundo as análises de Vittoria (1979, p. 455), ao referir-se sobre os aspectos políticos da reforma de Gentile, assinala que a finalidade era formar o homem, isto é, um homem novo, o homem fascista, e a escola seria o lugar para esta formação. Esclarece, ainda que esta formação deveria ocorrer na fase inicial, que chama de “estágio ditatorial da reforma”, cujo objetivo era transformar a escola em um instrumento de fascistização¹⁵ do País. O Estado deveria ser a instituição que possibilitasse a concretização deste objetivo. Nessa reforma o Estado tem como função ser um eterno e imanente representante da consciência da nação.¹⁶ Acrescenta, os princípios inspiradores da reforma foram a disciplina, hierarquia e a submissão a autoridade. Ainda, segundo o parecer de Vittoria (1979, p. 455), a reforma de Gentile “propõe que a educação, fosse atribuição do Estado e que este atribuisse os seus direitos sobre a educação fascista as jovens gerações”. Sendo assim, o que caracteriza o processo de fascistização é o poder para organizar os jovens na escola, pois o slogan de Mussolini foi “*livro e mosquete*”. Este slogan, segundo Vittoria (1979, p. 455) predominava na política e nos objetivos escolar, para Mussolini são: “a educação física, a instrução militar, a participação dos acontecimentos e a manifestação do regime tornando-se parte integrante da vida escolar, concreta a marcar amplos espaços da educação, a doutrinação e a formação política dos jovens”. Para por em prática esses ideais, Mussolini contava com o apoio de Gentile. Conforme analisa Bellucci, Ciliberto (1978, p. 204-205), a política foi a base fundamental da reforma educacional de Gentile e foi acompanhada por uma forte influência de propaganda¹⁷ e de organização do fascismo que visando a hegemonia do regime em uma sociedade desarticulada socialmente e economicamente.

Diante desta desarticulação econômica a política fascista apontava para as corporações. Estas tinham como objetivo organizar a economia e a vida social italiana acentuando às diferenças entre o socialismo e o liberalismo. As corporações, por exemplo, apontavam para a solidariedade e o desenvolvimento produtivo da nação. Bresso, Cereja e Gariglio (1989, p. 222) ao referir sobre as cooperações fascistas afirmam:

¹⁵ Para um estudo, mais detalhado, sobre o processo fascistização do povo italiano através da escola consultar: (BETTI, 1984).

¹⁶ Sobre isso consultar Gentile, 1934.

¹⁷ Sobre a propaganda fascista ver Isnenghi, 1979, e os estudos de Adorno, 2015, principalmente os capítulos, “Antissemitismo e propaganda fascista”, “teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista”.

As corporações devem ser encorajadas conforme duas direções fundamentais: como expressão da solidariedade nacional e como meio de desenvolvimento da produção. As corporações não devem tender à anulação do indivíduo no interior da coletividade, nivelando arbitrariamente as capacidades e as forças dos indivíduos, mas, ao contrário, a exaltá-los e desenvolvê-los.

Outros aspectos são enunciados sobre as cooperações fascistas, segundo as análises de Tannenbaum (1975, 120-121) as corporações através da organização econômica pelas indústrias privadas, objetivava solucionar o problema da pobreza nacional, acentuada pelo fim da Guerra. Com esta finalidade visava, também, estar desarticulando politicamente os outros partidos que tinham suas propostas para a crise econômica italiana.

[...] uma das características mais significativas do fascismo italiano foi a reivindicação de ter implantado um novo sistema de organização econômica, um sistema baseado em corporações fascistas. [...] O corporativismo fascista desempenhou o papel de um mito que resolveu os problemas da luta de classes e da pobreza econômica nacional; ao fazê-lo, manteve as forças divergentes no interior do Partido e do país. Essa função também permitiu que o corporativismo fascista operasse com uma tática que poderia mudar de acordo com as necessidades do momento; O corporativismo foi usado para encobrir uma série de acordos legais no final da década de 1920 e na década seguinte. Como outros partidos de massas baseados em uma fé cega na ideologia, esses saltos táticos foram aceitos por fascistas leais na medida em que a denominação era preservada. Outro aspecto atraente do corporativismo fascista era o argumento de que transcendia tanto o liberalismo quanto o socialismo para criar uma nova síntese. Ele rejeitou a idéia liberal de que o melhor sistema organizacional para uma nação foi alcançado através do livre jogo das forças de mercado, e a idéia socialista de que esse sistema foi alcançado através da transferência de tarefas produtivas para o Estado. Em vez dessas soluções, o corporativismo fascista queria usar a capacidade da empresa privada, mas controlada pelo Estado. Ao adotar essa linha, os fascistas justificaram sua hostilidade em relação ao liberalismo e ao socialismo.

Resumidamente podemos dizer que o Partido Fascista, diante da crise política e social, acentuada nos anos posteriores a Primeira Guerra Mundial utilizam a escola, via reforma de Giovanni Gentile, e as corporações como um instrumento político, declarado, para desarticular totalmente o Estado Liberal e outras propostas políticas de partido, objetivando a ascensão e o poder do Estado fascista.

Considerações finais

O objetivo do texto foi analisar alguns dos aspectos do fascismo italiano, com ênfase no seu surgimento e ascensão como partido de massa e sua proposta de escola e corporação, no contexto do Primeiro Grande Conflito, quando o capital financeiro não consegue manter o equilíbrio socioeconômico da sociedade italiana pelos aparelhos repressivos aceitos pelo consenso.

Verificou-se, no contexto do Primeiro Grande Conflito as conseqüências
Crítica Educativa (Sorocaba/SP), v. 4, n. 2, p. 105-123, jul./dez.2018. ISSN: 2447-4223

significativas para a vida socioeconômica da Europa, no caso específico para a Itália. A inflação, desemprego em massa, caos econômico, crise no comércio e na produção passaram a fazer parte do dia a dia dos italianos. Muitos foram os que associaram o fracasso do capitalismo liberal ao fracasso das instituições democráticas. Assim pode-se compreender o quadro geral em que foram abertos os caminhos para a tomada de poder de um regime autoritário e totalitário, no caso o fascismo. Verificou que o seu surgimento e ascensão permitiu considerá-lo como um dos primeiros movimentos sociais totalitários no âmbito da política moderna, o primeiro movimento–regime, de caráter nacionalista, preocupado em politizar todos os aspectos da vida individual e coletiva, com objetivos de integrar a sociedade no Estado e criar uma cooperação nacional orgânica.

Foi possível identificar que a questão escolar no fascismo passa pela reforma de Gentile que ao ocupar o cargo de primeiro-ministro da educação realizou a “melhora” no sistema educacional italiano, cuja marca foi abalizada por uma política de nível estatal autoritária e totalitária. O conteúdo da reforma primava pela ordem, pela disciplina, e pela obediência ao Estado, por meio, de um conjunto de instruções, cuja finalidade centrava nos fundamentos da convivência civil. Assim sendo, foi possível identificar que a escola não era um terreno neutro, mas o centro da luta política, visando o fortalecimento do Estado totalitário fascista. De forma geral a entrada do regime fascista, no cenário político italiano, teve o seu ponto alto com a retirada dos programas escolares que não estavam em uniformidade com a direção fascista. Esta criação, para o governo tinha por objetivos dois fatores: formar a classe dirigente e aprimorar o processo de integração mais intensa e mais adequada a sua política de casta. As cooperações fascistas, no âmbito, dessas intenções assumem um papel significativo, visam implantar um novo sistema econômico e utilizar a capacidade das empresas privadas para o controle do Estado.

Referência bibliográficas

ADORNO, Theodor W. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: UNESP, 2015.

ALBERTONI, Ettore. **Storia delle Politiche in Italia**. Milano: Arnaldo Mondadori editore, 1985.

BARROS, Alberto da Rocha. **Que é o fascismo**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

BEAUD, Michael. **História do capitalismo de 1500 aos nossos dias**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BELLAMY, Richard. **Liberalismo e sociedade moderna**. São Paulo: Unesp, 1992.

BELLUCCI, Maria; CILIBERTO, Michele. **La Scuola e la pedagogia del fascismo**. Torino: Loescher Editore, 1978.

BETTI, Carmem. **L'opera nazionale italiana e l'educazione fascista**. Firenze: La Nuova Italia, 1984

BEZZA, Bruno. Gli aspetti normativi nelle relazioni industriali del periodo belico (1915–18). In: PROCACCI, Giovanna; ANGELI, Franco. (cura) **In Italia durante la Prima Guerra Mondiale**. Milano: Franco Angeli editore, 1983.

BOBBIO, Norberto. **Dal fascismo alla democrazia**: I regimi, le ideologie, le figure e le culture politiche. Milano: Baldini & Castoli. 1997. (Org. por Michelangelo Bovera).

BOBBIO, Norberto. **Perfil ideológico del siglo XX en Italia**. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

BORGHI, Lamberto. **Educazione e autorità nell'Italia moderna**. Firenze: La nuova Italia 1975.

BRESSO, Paola; CEREJA, Federico; GARIGLIO, Bartolo (cura). Programma dei Fasci di combattimento. In: **Politica e istituzioni in Italia dall'unità al fascismo**. Torino: IL segnalibro, 1989.

BURNS, Edward Mcnall. **História da civilização ocidental**. Vol. II 22^a. ed . Porto Alegre: Globo, 1976.

CARMO, Jefferson Carriello do. **Giovanni Gentile e a reforma da escola italiana nos primórdios do fascismo**. 1999. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999.

CHABOD, Federico. **L'Italia contemporanea (1918–1919)**. Torino: Einaudi, 1961.

CHÂTELET, François, Pisier-KOUCHNER, Evelyne. **As concepções políticas do século XX**. História do Pensamento Político. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

CRESPIGNY, Anthony de, CRONIN, Jeremy. **Ideologias políticas**. Brasília: Editora UnB, 1981.

GALLEGO, Esher Solano (org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direiras no Brasil. São Paulo: Boitemo, 2018

GALLI, Giorgio. **I partiti politici italiani**. Milano: Rizzoli, 1991.

GENTILE, Emílio & FELICE, Renzo. **A Itália de Mussolini e a origem do Fascismo**. São Paulo: Icone, 1988.

GENTILE, Giovanni. **Origini e dottrina del fascismo**. Roma: Istituto nazionale fascista di cultura, 1934.

GRAMSCI, Antonio. O movimento turinense dos conselhos de fábrica. In: COUTINHO, Nelson Carlos (org.). **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

ISNENGGHI, Mario. **Intellettualli militanti e intellettualli funzionari**: appunti sulla cultura fascista. Torino: Einaudi, 1979.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

PALLA, Marco. **A Itália fascista**. São Paulo: Ática, 1996.

PARIS, Robert. **As origens do fascismo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

RAGONIERI, Ernesto. **Italia giudicata (1861-1945) ovvero la storia degli italiani scritta dagli altri**. Vol. 2: Dall'Età giolittiana al delitto Matteotti (1901-1925). Torino: Einaudi, 1976.

SALVATORELLI, Luigi. **Sommario della storia d'Italia dai tempi preistorici ai nostri giorni**. Roma: Einaudi, 1974.

SALVEMINI, Gaetano. **Scritti sulla questione meridionale (1896 – 1955)**. Turim, Einaudi, 1955.

SARTI, Roland. **Fascismo y burguesia industrial Italia 1919-1940**: un estudio sobre la expansión del poder privado bajo el fascismo. Barcelona, Fontanella, 1973

STACCONI, Giuseppe. **Gramsci**. 100 Anos revolução e política. 2ª ed. Petrópolis: Vozes. 1993.

TANNENBAUM, Edward R. **La experiencia fascista**: sociedade y cultura en Italia (1922-1945). Madrid: Alianza Editorial, 1975.

TOGLIATTI, Palmiro. **Lições sobre o fascismo**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.

TRENTO, Angelo. **Fascismo italiano**. São Paulo: Atica, 1986 (Coleção Série Princípios).

VILARI, Rosario (cura). **IL sud nella storia d'Italia**. Roma: Laterza, 1984.

VINCENT, Andrew. *Ideologias políticas modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

VINCIGUERRA, Mario. **I partiti italiani**. Dal 1848 – 1955. Roma: Cappelli Editore, 1955.

VITTORIA, Albertina. Scuola e apparati educativi del fascismo. In: **Studi Storici**. V. I. Rivista Trimestrale Dell' Istituto Gramsci, 1979.

Recebido em: 27/10/2018.

Aprovado em: 20/12/2018.